

A NATUREZA SEGUNDO HENRI LEFEBVRE: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA VISÃO EPIDEMIOLÓGICA CRÍTICA DA RELAÇÃO SAÚDE E AMBIENTE NO ESPAÇO URBANO

Autor: Natasha Ceretti Maria

Filiação institucional: Faculdade de Saúde Pública (USP)

E-mail: natashaceretti@yahoo.com.br

RESUMO: Este estudo propõe resgatar o entendimento da problemática da natureza na produção do espaço urbano segundo Henri Lefebvre, contrapondo os pressupostos teóricos do autor com as conceituações “ambientais” que emergiram a partir das ciências da saúde. A maioria das investigações, principalmente no campo da Saúde Ambiental, embora emerja da percepção do esgotamento do modelo médico como resposta para as complexas relações, que envolvem o processo de saúde-doença na sua interface entre a sociedade e os sistemas ecológicos naturais, ainda não articula dialeticamente a tríade relacional produção do espaço, natureza e saúde. Portanto, considera-se fundamental o resgate das conceituações lefebvrianas sobre a produção do espaço na explicitação das contradições epistemológicas das crises contemporâneas.

Palavras-chave: Produção do Espaço; Lefebvre; Epidemiologia Crítica

GT – “12”: “Produção do espaço urbano numa perspectiva crítica”

INTRODUÇÃO

Este estudo¹ tem por objetivo resgatar o entendimento da problemática da natureza na produção do espaço urbano segundo Henri Lefebvre, contrapondo os pressupostos teóricos do autor com as conceituações ambientais deterministas de “meio”, que emergiram a partir das investigações das ciências da saúde, principalmente dos seus desdobramentos no campo da Saúde Ambiental, buscando uma visão epidemiológica crítica da relação “saúde e ambiente” no espaço urbano para uma compreensão mais aprofundada das crises contemporâneas.

As conceituações de “meio ambiente” que reúnem a relação natureza e sociedade, mas desconsiderando a historicidade espacial dessa relação e sua

produção social, com frequência escamoteiam a realidade, transformando o entendimento do que é “natureza” muitas vezes em retórico e ideológico.

Esta lacuna do saber encobre a problemática real do espaço e sua produção social, e conseqüentemente sua relação com a natureza, principalmente na fase econômica atual do modo de produção do capital com a radicalização do modelo neoliberal, como uma questão central para se compreender as razões da intensificação dos problemas urbanos, que impactam a saúde do ser humano e do que se entende por “meio ambiente”.

Para desenvolver essa discussão parte-se da hipótese de que a maioria das investigações no campo da Saúde Ambiental, embora emergja da percepção do esgotamento do modelo médico (centrado apenas nas dimensões biológicas e individuais) como resposta para as complexas relações, que envolvem o processo de saúde-doença na sua interface entre a sociedade e os sistemas ecológicos naturais, ainda não articula dialeticamente a tríade relacional produção do espaço, natureza e saúde, principalmente quando não há o entendimento de um espaço e uma natureza, que são produzidos pelas relações sociais engendradas no modo de produção capitalista.

Mesmo com o desenvolvimento de tecnologias, avanços no conhecimento científico, produção de dados, organização de novas bases teóricas conceituais o Campo de investigação da Saúde Ambiental, que procura compreender os aspectos envolvidos na relação entre “meio ambiente e saúde”, atualmente tão fundamentais com os crescentes riscos da complexidade da estrutura social, em um mundo cada vez mais urbano, muitas vezes se apresenta como um aglomerado de ideias, que não conseguem se constituir em bases conceituais sólidas, que vislumbrem os reais mecanismos da degradação ambiental e a acentuação das desigualdades nas cidades.

É neste sentido, que a releitura e o resgate da problemática da Natureza no urbano, a partir da obra de Lefebvre se mostra atual, fazendo emergir duas categorias de análise, que precisam vir à luz em uma abordagem crítica do período contemporâneo, principalmente em um campo que se pretende analisar as condições do urbano em sua relação com a saúde: “A Natureza” e o “Espaço”.

Para alcançar o objetivo proposto este estudo fundamenta-se nos aportes teóricos da Epidemiologia Crítica do médico equatoriano Jaime Breilh, que traz uma

nova perspectiva para a saúde no espaço urbano, buscando romper com o pensamento dominante empirista da Saúde Pública e da Epidemiologia clássica, redefinindo a categoria “espaço urbano” à luz de uma teoria crítica do espaço.

Breilh destaca que os aportes teóricos precursores do pensamento de Henri Lefebvre e sua noção de produção do espaço são fundamentais para se romper com as concepções meramente geométricas do espaço, centradas somente em sua dimensão matemática. Segundo Breilh, Lefebvre buscando reconciliar o espaço mental com o real, físico e social no qual vivemos, afirma o espaço não como um lócus passivo de relações sociais, mas sim com um papel ativo, operacional e instrumental engendrado dialeticamente no modo de produção existente (Breilh, 2010; Lefebvre, 2013).

Portanto, assim como para Breilh este estudo considera que o resgate das noções lefebvrianas sobre o espaço e sua produção é de fundamental importância na explicitação dos conflitos e contradições epistemológicas referentes à problemática da natureza subjacente a produção do espaço urbano.

Assim busca-se reafirmar o compromisso ao qual Breilh (2010) p.84 nos alerta, sobre a responsabilidade de analisar como podemos evitar uma ciência que “termina servindo ao jogo da hegemonia, que mais denuncia do que revela, informa sem mobilizar e enfoca fatores isolados da problemática, sem mostrar sua relação com os processos estruturais que os geram”.

Para o alcance da discussão proposta parte-se da “Ideia” de Natureza no campo da Saúde e problemas conceituais da noção de “Meio” para posteriormente se discutir a produção do espaço urbano por Lefebvre, buscando o entendimento de Natureza como problemática do urbano, e por fim as possíveis contribuições do autor para o Campo da Saúde Ambiental.

A “IDEIA” DE NATUREZA NO CAMPO DA SAÚDE E PROBLEMAS CONCEITUAIS DA NOÇÃO DE “MEIO”

Segundo Marques (2019) p.175 “discursos sobre a natureza podem parecer contraditórios e expressar ideias conflitantes derivadas de esferas sociais e momentos distintos”, portanto os embates conceituais entre as ideias de natureza, ambiente e

sua relação com a sociedade são de fundamental importância para a compreensão tanto das teorias como das práticas que as internalizam.

A herança resultante dos diversos discursos sobre a natureza resultou em um distanciamento de abordagens das ciências da natureza, que ficaram com um forte viés positivista, das abordagens sociais. Entretanto, com o retorno das denúncias ecológicas a partir das décadas de 60 e 70 consolida-se a necessidade de articular as relações entre sociedade e natureza à luz das contradições do modo de produção capitalista (Marques, 2019, p.177).

A Saúde Ambiental como campo específico de conhecimento da Saúde Pública origina-se exatamente sob este contexto, onde o estudo da relação sociedade e natureza é uma questão central para a formulação de seus conceitos, procurando contemplar as contradições contemporâneas.

O surgimento da Saúde Ambiental como novo enfoque emerge fortemente a partir da década de 1970 com críticas ao modelo biomédico de Saúde Pública frente a uma crise ambiental mundial, que expôs as contradições do modelo de desenvolvimento econômico, tanto em relação aos recursos naturais, como da permanência das desigualdades sociais (Ribeiro, 2004, p.76).

No entanto, analisando-se o desenvolvimento desse novo campo de estudo a luz de sua historicidade com a contribuição de diferentes disciplinas, entendendo que diferentes visões conceituais hegemônicas, se sobrepõe, ora aparecendo, regredindo, reaparecendo ou sendo superadas, vemos algumas das definições conceituais de Saúde Ambiental oficialmente adotadas pelos órgãos oficiais de saúde, que expressam o entendimento sociedade e natureza em sua relação com a saúde:

A primeira definição de Saúde Ambiental foi apresentada em 1993 na Carta de Sofia produzida por um encontro da Organização Mundial de Saúde (OMS) ocorrido na Bulgária onde,

“Saúde Ambiental são todos aqueles aspectos da saúde humana, incluindo a qualidade de vida, que estão determinados por fatores físicos, químicos, biológicos, sociais e psicológicos no meio ambiente. Também se refere à teoria e prática de valorar, corrigir, controlar e evitar aqueles fatores do meio ambiente que, potencialmente, possam prejudicar a saúde de gerações atuais e futuras” (OMS, 1993 apud Ribeiro, 2004).

Em definição mais recente da OMS adotada pelo Ministério da Saúde do Brasil em sua Política Nacional de Saúde Ambiental para o Setor Público, a Saúde Ambiental é definida como:

“O campo da Saúde Ambiental compreende a área da saúde pública, afeita ao conhecimento científico e à formulação de políticas públicas e às correspondentes intervenções (ações) relacionadas à interação entre a saúde humana e os fatores do meio ambiente natural e antrópico que a determinam, condicionam e influenciam, com vistas a melhorar a qualidade de vida do ser humano sob o ponto de vista da sustentabilidade” (Brasil – MS, 2005).

Em ambas as definições são possíveis observar que o conceito de “meio ambiente” é adotado, mostrando assim a grande influência do determinismo ambiental com o predomínio do entendimento de que, a conexão entre o biológico e o social se dá somente por um vínculo externo, ou seja, a noção de que fatores externos dispersos no ambiente interagem com a saúde humana.

Entretanto, na segunda definição, a noção de meio se desdobra em “natural” e “antrópico”, buscando discernir que a ação humana confere fatores distintos ao ambiente externo, daqueles que são encontrados em um ambiente natural.

O importante a ser destacado nessas definições é que a partir do conhecimento dos fatores externos (que incluem as atividades humanas), que interagem com a saúde humana, se desdobram práticas de atuação centradas em uma lógica de controle e prevenção desses mesmos fatores, tanto naturais quanto antrópicos.

Essas premissas são oriundas da própria lógica de planejamento e gestão decorrentes do desenvolvimento industrial com a necessidade de controle sobre suas atividades, pois, embora tenha havido essa percepção da degradação ecológica e do ambiente e de seus riscos para a saúde humana, as medidas desenvolvidas para combater a poluição do ar e da água seguiram a mesma lógica de controle do processo industrial com o estabelecimento de padrões de qualidade (decisões baseadas em indicadores), controle de emissões industriais, linhas de crédito e empréstimo para projetos de tratamento e regulação por meio de arcabouço legislativo e fiscal (Ribeiro, 2004, p.76).

Como foi possível observar nas definições de Saúde Ambiental apresentadas anteriormente, que incorporam as noções de “gerações atuais e futuras” e “sustentabilidade”, as ações de saúde têm também sido definidas eticamente no

contexto dos conceitos de Desenvolvimento Sustentável, Equidade e Justiça Ambiental, procurando relacionar o ambiente e a saúde frente aos impactos do modelo de desenvolvimento (Ribeiro, 2004).

O problema que se impõe a uma série de definições teóricas que foram construídas epistemologicamente ao longo da evolução da história do conhecimento humano é que atualmente, com a intensificação do processo de degradação do “meio ambiente” e a intensificação das desigualdades sociais, uma série de divergências e imprecisões conceituais se desdobra para explicar a complexidade da crise a qual chegamos.

Questionam-se a partir dessas reflexões apresentadas, quais outros aportes teóricos e categorias de análise poderiam contribuir para um entendimento crítico, que resgate a unidade ontológica da relação homem e natureza em sua historicidade social, indo além do determinismo ambiental da Epidemiologia clássica, presentes ainda tanto na Saúde Pública, quanto em sua subárea Ambiental.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO POR LÉFÈBVRE

Frente à necessidade de se discutir uma teoria interdisciplinar para se analisar a crise ecológica contemporânea e como esta vem afetando a saúde humana, um dos caminhos que permite abordar a unidade ontológica entre natureza e sociedade e as relações que se estabelecem entre elas é a compreensão do processo de produção social a partir do materialismo histórico marxista (Marx, 2004 [1844]; Foladori, 2001).

Para Marx o ser humano se diferencia das outras formas de vida da natureza, por ser o único animal capaz de produzir os seus meios de vida universalmente, por meio do seu trabalho. Essa diferenciação, em Marx, entre o ser humano e a natureza em nada corresponde à separação positivista entre mundo físico (natural) e social, pois para a dialética essa distinção é relacional, e deve ser compreendida considerando o ser humano como uma extensão da natureza, assim como a natureza é uma extensão do ser humano (Marques, 2019, p.181-182; Marx, 2004 [1844], p. 84).

Assim, para situar a participação do ser humano em sua transformação da natureza, modificando ele mesmo, a sua própria natureza interna, se faz necessário historicizar essa relação situando-a no tempo.

A relação natureza e sociedade segundo Marx muda profundamente a partir do modo de produção capitalista industrial, com a origem da moderna propriedade privada da terra e da renda do solo que passa a ser regulada pelo lucro industrial (Foladori, 2001, p.108).

A separação absoluta do trabalhador assalariado, de seus meios de vida (da sua natureza externa) por expropriação, pela organização da produção capitalista origina o que Marx conceituou de ruptura do metabolismo social homem-natureza (Foladori, 2001, p.108). Nesta ruptura a natureza comum supridora das necessidades humanas, se transforma em propriedade privada e passa a ter valor monetário, sendo internalizada nas relações sociais do capital.

Marx assim se esforçou para explicar a origem e o caráter das formas sociais criadas a partir do processo de produção capitalista e como essas passaram a ser naturalmente reproduzidas socialmente (Marques, 2019, p.183).

A partir da década de 60, fundamentado nas teorias de Marx, o filósofo francês Henri Lefebvre desenvolve precursoramente uma teoria sobre a produção do espaço, sendo o teórico que cunhou o termo. Retornando a teoria marxista do modo de produção capitalista e de suas categorias, Lefebvre elabora sua teoria da produção do espaço, aprofundando as análises de Marx e Engels, aportando novos conceitos e categorias às relações marxistas de “produção-produto”, “obra-produto” e “natureza-produção” atribuindo-lhes a noção de “espaço” (Lefebvre, 2000, p.108).

Lefebvre percebe que Marx e Engels circunscrevem o conceito de produção se referindo apenas a coisas, ou seja, aos produtos, permitindo analisar todas as relações sociais que envolvem a produção de um objeto.

A partir dessas observações Lefebvre compreende que há uma origem escondida ulterior às atividades de produção, mas que ratifica as ações e a racionalidade humana: o espaço. Desta análise resulta o conceito de espaço social, ampliando a noção de produção desenvolvida por Marx.

A teoria do espaço lefebvreviano ilumina a historicidade do fenômeno urbano a partir da industrialização em escala mundial, que se colocou em curso na segunda

metade do século XX (Lefebvre, 1977, p.4), questão que pode ficar obscurecida por análises marxistas que consideram somente a produção.

Chegamos até aqui para demonstrar que todas essas definições apresentadas são importantes para que possamos reelaborar uma noção de “meio ambiente” à luz da noção de produção do espaço, entendendo que a natureza sendo inseparável do espaço, também foi como o mesmo, socialmente produzida pelos diferentes modos de produção de cada momento histórico, engendrando diferentes formas de relações entre a sociedade e a natureza ao longo do tempo. Assim, como expressado por Lefebvre (2000) p.105-106 “Nada há na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. A “natureza”, ela mesma, tal como se apresenta na vida social aos órgãos dos sentidos, foi modificada, portanto, produzida”.

Os aportes conceituais de uma teoria crítica do espaço são, portanto fundamentais para a construção de uma epidemiologia (coletiva e ambiental) que supere interpretações reducionistas empírico-analíticas fundamentadas em um determinismo ambiental a- histórico.

Neste sentido a obra lefebvreviana se torna fundamental para se analisar os problemas de saúde que emergiram a partir do fenômeno urbano e como a relação sociedade-natureza se insere nela, aprofundando a compreensão das crises que afligem as grandes cidades no período contemporâneo, especialmente quando pudemos vislumbrar o atual cenário da crise da pandemia de COVID-19.

A PROBLEMÁTICA DA NATUREZA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Para Lefebvre é impossível pensar a cidade e o urbano moderno, enquanto obras sem primeiramente concebê-los como “produtos” em um modo de produção definido, que declina mostrando suas consequências extremas (Lefebvre, 2013, p.125).

O espaço social lefebvreviano não é concebido como passivo, vazio, ou como meramente produtos a serem trocados. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção; organização do trabalho produtivo, transportes, fluxo das matérias-primas e das energias, redes dos produtos. A sua maneira é produto-produtor que se dialetiza, sendo suporte das relações econômicas

e sociais. Assim, segundo Lefebvre se o espaço (social) intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele muda com esse modo de produção, modificando-se com as sociedades (Lefebvre, 2013, p.125).

Assim segundo o autor, o período de transição industrial-urbano é onde se expressa à problemática do espaço com toda a força de lutas sociais, conflitos e contradições, que emergiram a partir do surgimento das relações de produção capitalistas e de sua junção com o Estado Moderno. Uma das grandes contradições é o modo como a relação sociedade e natureza se engendra a partir do período industrial como problemática do urbano.

Para se compreender como se estabeleceu a mudança ocorrida na relação sociedade e natureza no período de transição industrial-urbano, se faz necessário também vislumbrar a modificação que houve na relação “cidade-campo”.

O eixo espaço-temporal estabelecido pelo método lefebvreviano permite situar algumas relações entre a cidade e o campo e suas transformações que culminaram no desvanecimento de suas oposições até o domínio total do urbano-industrial (Lefebvre, 1999, p.34).

Assim, para Lefebvre as oposições entre cidade e campo eram de início complementares, entretanto no curso da história se separam completamente para no fim se combaterem. Com as mudanças do centro de poder político e econômico para a cidade em detrimento do campo, o domínio do campo industrial substituiu as particularidades naturais por sua racionalidade (Lefebvre, 1999, p.42). Rejeitando a natureza e empregando a racionalidade dos procedimentos organizacionais e inerentes a empresa, a racionalidade industrial devasta pura e simplesmente a natureza e tudo o que é do domínio da “naturalidade”. A cidade, ou o que resta, ou o que ela se torna, serve mais do que nunca somente à formação do capital (Lefebvre, 1999, p.43).

A industrialização associada com a urbanização devasta a natureza. Isso foi sendo perceptível ao longo de seu desenvolvimento, entretanto os aspectos que constituem a problemática urbana da relação sociedade e natureza para Lefebvre vão além das imagens de “meio ambiente”, que figuram no urbano e, portanto, demandam uma análise mais aprofundada da questão.

Para o autor a Cidade é uma segunda natureza (efeito da ação das sociedades) sobre a natureza inicial e fundamental, a dos elementos (terra, ar, água e fogo). Dessa segunda naturalidade emerge um paradigma, um sistema de oposições, assim o espaço urbano reúne o espontâneo e o artificial, a natureza. Segundo o autor, “(...) Não existe cidade, nem espaço urbano, sem jardim, sem parque, sem simulação da natureza” sendo fundamentais para a qualidade de vida das cidades (Lefebvre, 1999, p.35).

Entretanto, a partir dessa simulação da natureza no urbano, Lefebvre nos alerta como essa vai se convertendo em uma natureza neutralizada e fictícia, que acabam sendo produzidos por um urbanismo redutor de funcionalidades que reproduz a lógica da organização industrial no espaço.

Esse aspecto designa uma questão central, advinda do período industrial, que impede a compreensão do porque a natureza vai se tornando, assim como um produto, cada vez mais produzida artificialmente, enquanto a natureza “real” se torna cada vez mais rara. Essa inversão faz com que percebamos os efeitos da devastação, mas ao mesmo tempo nos impede de enxergar com clareza os reais motivos pelos quais isso ocorre.

Precocemente, Lefebvre por meio de seu método de análise pôde entrever como a relação sociedade-natureza se desenvolveria na fase crítica de transição entre o campo industrial e o urbano, intensificando a degradação dos recursos naturais, a partir de uma industrialização em escala mundial e de proliferação urbana monstruosa. Segundo o autor,

“Na fase crítica, a natureza aparece no primeiro plano dos problemas. Associadas e concorrentes, a industrialização e a urbanização devastam a natureza. A água, a terra, o ar, a luz, os “elementos” estão ameaçados de destruição. Os prazos finais chegarão em datas precisas. Por volta do ano 2000, com ou sem uma guerra nuclear, a água e o ar estarão poluídos a tal ponto que a vida tornar-se-á difícil na terra” (Lefebvre, 1999, p.36).

Este momento da análise lefebvreviana é de fundamental importância para a compreensão do surgimento do movimento ambientalista da década de 1970, da necessidade do controle industrial de suas atividades poluidoras, por meio de tecnologias e padrões de qualidade e do aprofundamento da crise ambiental no período contemporâneo, incluindo o surgimento de novas estratégias do capital a partir da

própria escassez de recursos da natureza. Uma observação crucial que Lefebvre nos aponta é que embora a natureza seja devastada, o período industrial causa uma “inversão das abundâncias”, que segundo o autor:

“(…) Os bens outrora raros tornam-se abundantes: o pão e os alimentos em geral (ainda raros numa grande parte mal desenvolvida). Ao contrário, os bens outrora abundantes tornam-se raros: o espaço, o tempo, o desejo. E depois a água, a terra, a luz. Não se imporá a gestão coletiva das novas raridades? A não ser que se imponha a produção ou re-produção de tudo que foi a “natureza” (Lefebvre, 1999, p.36).

Questiona-se a partir dessas reflexões do autor: Se a natureza aparece em primeiro plano da problemática do período industrial-urbano, se a água e o ar estão ficando cada vez mais poluídos, se há uma necessidade de gestão das raridades, porque só enxergamos o problema de forma parcial e caímos em contradição em relação à problemática da natureza no urbano?

Para Lefebvre o problema se constitui no fato de que teoricamente a natureza distancia-se, mas os signos da natureza e do natural se multiplicam, substituindo a “natureza real” (Lefebvre, 1999, p.36), que se transforma meramente em produtos, em mercadorias com valor de troca. Assim, uma suposta “cegueira” em relação a sua escassez se constitui justamente na ficção que a “inversão das abundâncias” provoca.

Os signos da natureza, que não passam de uma ilusória e fictícia presença do natural, começam a ser vendidos e produzidos em massa. Assim é constante a referência e a representação da natureza pela publicidade. Entretanto, não passam de uma representação da natureza, signos de sua ausência, que procuram encontrar sentido e conteúdo ilusórios. A natureza assim se transforma em “fetiche” e sua naturalização vira uma ideologia “obcecante” segundo o autor (Lefebvre, 1999, p.36).

As representações urbanísticas da natureza, os “espaços verdes” que surgem a partir desse período não passam de um substituto medíocre da natureza (Lefebvre, 1999, p.36), que não consegue mais restituir suas funções, principalmente às de uso coletivo, uma vez que cada vez mais devastada e privada, convertida em mercadoria, só é reencontrada nos objetos produzidos para consumo.

O domínio da natureza pelas técnicas do período industrial, que vai até a destruição do natural, culminando na necessidade de gestão das “novas raridades” resulta em conflitos por acesso a esses bens. No urbano esses conflitos se tornam

ainda mais perceptíveis na medida em que estes espaços são submetidos à dominação da troca pela especulação, pelo investimento de capitais, ao mesmo tempo em que o espaço urbano representa um uso, e não meramente troca (Lefebvre, 1977, p.9-10).

O Estado, que engendra um território que fica a encargo de administrar, gerir e organizar o espaço natural acirra ainda mais os conflitos, pois em sua prática de controle substitui as naturalidades, por outro espaço, primeiro econômico e social, depois político (Lefebvre, 1977, p.12), reproduzindo as relações de produção capitalistas e assegurando as relações de dominação de classe.

Essas análises explicitadas por Lefebvre constituem um aporte teórico central para o entendimento dos conflitos socioambientais contemporâneos, com o aumento das desigualdades mundiais, que culminaram no desenvolvimento de conceitos como, por exemplo, o de justiça ambiental, centrado nas desigualdades de acesso a recursos e nas exposições diferenciadas a riscos, que vem sendo incorporado pelo campo da Saúde Ambiental, principalmente como crítica ao aprofundamento das crises do período neoliberal.

A ideia de produção do espaço concebida por Lefebvre se desdobra também em um campo de análise onde a própria produção do espaço se insere em um processo ainda mais amplo de produção da natureza pelo capital no período contemporâneo (Marques, 2019, p.184).

Segundo Smith como o capitalismo sempre empregou força de trabalho pra investir valor em valores de uso extraídos da natureza, a mesma acabou se convertendo com o tempo em uma estratégia de acumulação. Segundo o autor é cada vez mais evidente, que nas últimas três décadas, essa estratégia de acumulação se tornou uma nova dimensão da produção capitalista da natureza transformando consideravelmente a relação social com o mundo natural (Smith, 2007, p.16-17).

No neoliberalismo há uma intensificação da mercantilização, comercialização e financeirização da natureza, por meio de sua integração no sistema de acumulação do sistema econômico. Nas sociedades capitalistas a produção da natureza muda de uma realidade incidental e fragmentada para uma condição sistêmica de existência, de uma singularidade local a uma ambição global (Smith, 2007, p.16-17). Marques (2019) p.184 define que essa natureza é unificada em escala mundial pelo processo de produção capitalista.

A partir das décadas de 1980 e 1990 novas mercadorias ditas “ecológicas” entram em circulação no mercado mundial, como o mercado de créditos de carbono, o patenteamento de seres vivos, exploração de ecoturismo em áreas de proteção ambiental, desenvolvimento de novas técnicas de biotecnologia e criação de transgênicos, dentre outros, inaugurando o que se conhece por “capitalismo verde”. Esse fenômeno se deve em grande parte ao sucesso do movimento ambientalista das décadas de 1960 e 1970 que contribuiu para a formulação de legislações e regulamentações ambientais, procurando limitar a depreciação ambiental decorrente das atividades produtivas do capital, sendo assim gerada certa escassez de natureza aquilo que Smith definiu como “destruição natural permitida” (Smith, 2007, p.16-17; Marques, 2019 p.185).

Essa produção de natureza capitalizada vai sendo distribuída de forma desigual entre os países e também apropriada de forma desigual por diferentes povos e classes sociais, e sob o domínio desse modo de produção muitos modos de vida e formas de se relacionar com a natureza, distintas da hegemônica são subordinados e destruídos (Marques, 2019, p.184-185).

Para Smith (2007) p.19 os efeitos da comercialização da natureza defendida como uma melhoria da destruição ambiental favorável ao mercado não tem comprovação de efeitos positivos e na medida em que a compra de créditos pode beneficiar um país que está a quilômetros do local que favorece a mitigação, é muito mais provável que esse tipo de comércio favoreça um desenvolvimento desigual entre as nações, intensificando a pobreza.

A produção da natureza sob o capitalismo vai assim, gerando suas ideologias da natureza com visões sempre favoráveis as atividades econômicas, mesmo que estas ainda não comprovem seus reais benefícios, assim como previa Lefebvre.

A ideologia dominante derivada do período industrial e em muito ratificada pela ciência moderna foi a de uma concepção externalista marcada por uma visão de mundo natural externo, explorável e controlável. A objetificação da natureza pelo processo de produção industrial reafirma a posição da natureza como realidade externa em relação à sociedade prevalecendo a ideia de espaço absoluto, vazio de conteúdo. Entretanto, essa concepção externalista da natureza apresenta suas contradições uma vez que, a visão de natureza externa à sociedade é insustentável,

pois todos os seres humanos e não humanos estão sujeitos a eventos e processos naturais (Smith, 2007, p.22-23).

Esse desdobramento da relação sociedade e natureza no período contemporâneo, embora não tenha sido previsto a que ponto de artificialidade a produção dos paradoxos da segunda naturalidade chegaria, não seria justamente a forma como Lefebvre entreviu as consequências da “inversão das abundâncias” a partir da escassez da natureza real e da necessidade de regulamentação das “novas raridades”, que culminariam em novas ideologias do capital?

A área da Saúde Ambiental se consolida exatamente a partir da influência do movimento ambientalista da década de 1970, da necessidade de se regulamentar e de legislar para controlar a degradação ambiental provocada pelas atividades do capital. É, portanto, uma área de conhecimento onde confluem todas as ideologias mencionadas.

Atualmente herda todos os saberes de uma ciência empírica e positivista, permanecendo todos os traços que edificaram o conhecimento científico moderno, mas que ao mesmo tempo não consegue dar conta da magnitude das contradições e do mundo contemporâneo. Quando se trata então de compreender as problemáticas que envolvem o fenômeno urbano em sua relação com a saúde, a questão se torna ainda mais complexa com profundas questões epistemológicas.

Dessa forma buscaremos dialogar quais os apontamentos críticos que a obra lefebviana pode contribuir para uma reflexão mais profunda sobre as questões que envolvem não o “meio-ambiente”, mas sim o espaço com todo o seu conteúdo social e como essa forma de análise pode contribuir para aprimorar uma visão de saúde mais abrangente e crítica.

POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DE LÉFÈBVRE PARA O CAMPO DA SAÚDE AMBIENTAL

Em sua obra “A Produção do Espaço”, Lefebvre reconhece que “(...) Os ecologistas já tinham chamado a atenção e mobilizado a opinião pública: território, meio ambiente, ar e água poluídos, a natureza, esta “matéria-prima” material da Cidade, arrasada sem escrúpulos”. Entretanto, para o autor chama a atenção de que faltava a essa tendência ecológica uma teoria geral da relação entre o espaço e a sociedade, entre o territorial, o urbanístico e o arquitetural (Lefebvre, 2000, p.125).

O problema que se estabelece é que a ciência moderna ratifica por meio de sua ideologia, a fragmentação do saber e seus recortes, o que culmina para Lefebvre em uma “pseudocientificidade” (Lefebvre, 1999, p.169), que não possui potencialidade para modificar a prática urbana dominante herdada do período industrial.

Um dos conceitos que Lefebvre considera como pseudocientífico é justamente o de “meio-ambiente”. Muitos desses conceitos foram amplamente utilizados por parecerem precisos (operacionais) e globais, legitimando a fragmentação e os recortes das diversas especialidades do saber. Entretanto, embora “meio” designe com objetividade a “natureza”, para Lefebvre não passa de uma definição trivial e reducionista. Assim, segundo o autor em sua conclusão da obra “A Revolução Urbana”:

“(…) Veja-se o pseudoconceito de *l' environnement* [meio ambiente]. O que designa? A “natureza”? O “meio”? Isso é claro, mas trivial. O que envolve? Quem ou Quê? Não se sabe. Há o *l' environnement* [os arredores] da cidade: é o campo. Há o *l' environnement* [o envoltório] do indivíduo: é a série de envoltórios, cascas ou “conchas” que o contém de suas roupas à sua vizinhança. O quarteirão? O bairro? Têm *l' environnement* [seus arredores] e são *l' environnement* [contexto]. É o horizonte da cidade ou a cidade como horizonte que se denomina desse modo? Por que não? Mas isso é indispensável? Desde que se queira precisar, recorre-se a um especialista, a um técnico. Tem-se, portanto, o [meio] geográfico, sítio, paisagem, ecossistema. Haverá *l' environnement* [o contexto] histórico, *l' environnement* [o ambiente] econômico ou sociológico. O semiológico descreverá os sistemas simbólicos e os signos que meio-ambiente [envolvem] os indivíduos e os grupos. O psicossociológico descreverá os grupos que *environnement* [cercam] os indivíduos. E assim por diante. Ao final, ter-se-á à disposição uma soma de descrições parciais e de enunciados analíticos. Serão expostas na mesa ou postas no mesmo saco. Isso será *l' environnement* [o meio ambiente]. De fato, trata-se de uma imagem emprestada da descrição ecológica e morfológica, isto é, uma imagem limitada que se estende desmesuradamente, porque é fácil e manejável. Ela é utilizada para operações clássicas e bem conhecidas (ainda que oficialmente desconhecidas como tais) de extrapolação-redução (Lefebvre, 1999, p.169-170).

Nesse trecho Lefebvre nos chama atenção para o fato de que conceitos imprecisos, que procuram abarcar a totalidade não conseguem passar de abstrações instrumentais, que não alcançam as problemáticas reais do fenômeno urbano.

Essa instrumentalização de conceitos, segundo o autor culmina na substituição do espaço concreto do vivido por um espaço abstrato. A abstração que concebe apenas o espaço abstrato da visão e da geometria é o pensamento predominante na

ciência moderna. As ciências de reflexão positivista e com a lógica do pensamento industrial partem de uma abstração que é projetada no plano do concreto, ou seja, do real, do vivido, substituindo-o (Lefebvre, 1999, p.169-170).

Em tom de crítica Lefebvre nos alerta sobre os perigos de se empregar conceitos de lógicas abstratas e dominantes, principalmente as advindas da ciência moderna, esvaziando o espaço de seu conteúdo social do nível do vivido e de sua historicidade. Assim, “o conhecimento do espaço não pode reduzir o vivido ao concebido, nem o corpo à abstração geométrica ou ótica. Ao contrário: este conhecimento deve partir do vivido e do corpo, portanto de espaço ocupado por um ser orgânico, vivo e pensante” (Lefebvre, 1977, p. 13).

A história do espaço é de fundamental importância na explicitação e interpretação do fenômeno urbano, pois ela “mostraria como divergem ou se reencontram os espaços de representação e as representações do espaço”, revelando realmente a prática que está modificando o espaço-natural (Lefebvre, 1977, p. 13).

Segundo Lefebvre (1999) p. 166 os urbanistas costumam executar seus planos e projetos em uma abstração que “parte do vivido ao abstrato para projetar essa abstração no nível do vivido”. Assim, especialistas e técnicos ratificam de forma inconsciente, um espaço ideológico e repressivo instrumento das classes dominantes com predominância dos interesses privados sobre o público. De forma similar como acontece com o urbanismo, não ocorreria o mesmo com as ciências da saúde?

Para Breilh (2010) p. 84 se faz necessário uma reflexão emancipadora dos problemas de saúde que supere restrições clássicas da teoria do espaço urbano e de concepções sobre saúde e ambiente. A saúde humana e os ecossistemas são objetos que incluem processos de caráter biológicos socialmente determinados em uma perspectiva dialética onde a história da natureza e dos seres humanos se condiciona reciprocamente. Isso quer dizer que o natural tem como necessário o social para desenvolver seu próprio espaço legal, e por sua vez participa da configuração da história do todo social. As formas de desenvolvimento em sociedade se transformam continuamente e suas mudanças são determinadas pelas condições do modo de reprodução social dominante. Numa linha de análise por essa perspectiva diferentemente de concepções positivistas, se assume a “historicidade do geográfico,

dos processos ecológicos e dos processos de saúde no espaço urbano” (Breilh, 2010, p. 87).

Essa forma de pensar rompe com a maneira convencional de se compreender a epidemiologia de uma doença, que hegemonicamente é estudada somente por esquemas convencionais cartesianos, por dados empíricos, somente baseados em estatísticas, em camadas geoespaciais de efeitos ou indicadores observáveis e quantificáveis que devem conter todas as relações da determinação, permitindo interpretar a gênese dos efeitos observáveis. Entretanto, quando analisamos somente por esse prisma quantitativo o que temos são conjunções espaciais dos fenômenos, mas não as explicações do modo real como se dá a determinação social de uma doença (Breilh, 2010, p. 89).

Breilh (2010) p. 89 nos alerta que essa análise somente empírica de partes de uma realidade, vistas como fixas, sem movimento, sem relações dinâmicas e história, acabou substituindo a explicação epidemiológica do modo de produzir-se histórica e socialmente uma doença somente por um conjunto de correlações formais. Teríamos assim, a substituição do espaço concreto, do vivido com todas as suas contradições e conflitos que envolvem a vida urbana, por um espaço abstrato, exatamente como ocorreu com a racionalidade do urbanismo evidenciada por Lefebvre.

Outra noção dominante nas ciências da saúde e que segundo Breilh (2010) p. 84, também precisa ser superada é a ideia de lugar como categoria reduzida a um simples continente físico ou recorte administrativo onde se aplicam políticas pontuais somente de caráter funcionalista. A ideia de lugar dominante na epidemiologia clássica repete a noção kantiana e cartesiana de espaço absoluto (como um receptáculo) (Breilh, 2010, p. 86).

Neste sentido, para explicarmos de fato como ocorre a determinação social de uma doença se faz necessário conceber que saúde é um produto social derivado da forma como as sociedades se organizaram sócio-historicamente, e que, portanto os mesmos processos que determinam a estruturação social e sua reprodução são aqueles que geram as desigualdades sociais, produzindo diferentes perfis epidemiológicos de saúde e doença (Barata, 2009, p.23). E, além disso, inserido nesse conjunto há que se compreender que saúde-doença não é apenas um processo

social, mas também espacial, pois o espaço é imanente ao processo social (inseparável dele), não existindo processos sociais que não sejam também espaciais (Lencioni, 2019, p.132).

O espaço é um elemento que permeia a história da medicina ocidental e da saúde pública, entretanto o entendimento dominante do que se conhece por geografia médica continua muito associado, sobretudo a estudos descritivos de distribuição de doenças em um espaço reduzido às dimensões físicas e cartográficas, onde posteriormente predominaram técnicas de análises, espaciais, estatísticas e matemáticas para sua apreensão (Bousquat; Cohn, 2004, p. 564-565).

Isso pôde ser recentemente vislumbrado no cenário da pandemia de COVID-19 analisada preferencialmente como uma questão de saúde pública, onde seu debate foi realizado através do entendimento do comportamento dos dados, mas sem uma maior compreensão da dinâmica social que produz e intensifica a desigualdade (CARLOS, 2020).

Estudos metodológicos que utilizam técnicas de análise espacial e modelos matemáticos capazes de prever o comportamento das doenças possuem limites claros de explicação da realidade, uma vez que não conseguem intervir e explicar os fatores de origem do adoecimento e das desigualdades de saúde nos diferentes grupos sociais (Bousquat; Cohn, 2004, p.557).

Uma ciência da saúde que se desdobre em compreender o processo saúde-doença, considerando o fenômeno urbano sempre será insuficiente em seu poder de explicação, se não ultrapassar a ideia de espaço absoluto, e não compreender que ela mesma em sua origem de ciência se desenvolveu na historicidade social do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, este estudo procurou resgatar o entendimento da problemática da natureza na produção do espaço segundo as obras de Henri Lefebvre, contrapondo seus pressupostos teóricos com as conceituações “ambientais” de caráter determinista que emergiram no Campo da Saúde Ambiental como sub-área de conhecimento da Saúde Pública. Embora, a Saúde Ambiental tenha surgido do esgotamento do modelo biomédico como resposta aos problemas de saúde e dos questionamentos das contradições entre a sociedade e os sistemas ecológicos,

culminando em uma “crise ambiental”, que afeta a saúde humana e ameaça a continuidade da espécie humana no planeta, esta ainda não consegue articular as relações que envolvem sociedade e natureza e saúde em sua totalidade. Uma das problemáticas centrais que fica obscurecida é a problemática da produção do espaço e a natureza como fundamento do mesmo, que muitas vezes é expressa de forma unificada pela noção determinista de “meio”.

O estudo não pretendeu esgotar essa discussão no presente texto; mas sim apresentar outro caminho possível de abordagem crítica, que consiga uma unidade ontológica entre a natureza e a sociedade, que amplie o poder analítico e explicativo de suas relações à luz do processo de produção do espaço, em contraponto com a unidade ontológica do conceito de “meio” proveniente da influência do determinismo ambiental e da noção de espaço absoluto hegemonicamente adotado pelas ciências da saúde.

O pensamento de Lefebvre sobre a problemática da natureza no urbano resgatado por meio da interpretação de suas obras pode ajudar a evidenciar as reais contradições das relações entre a sociedade e a natureza, a partir de sua concepção de produção do espaço. Portanto, revela toda a sua potencialidade de crítica à sociedade capitalista e ao urbano, que se consolidou a partir do período industrial, por meio da transformação da natureza e de sua apropriação (expropriação), resultando na destruição e esgotamento dos recursos naturais, e como essas contradições vêm aprofundando as desigualdades no período contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BARATA, Rita Barradas. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

BOUSQUAT, Aylene; COHN, Amélia. A dimensão espacial nos estudos sobre saúde: uma trajetória histórica. História, Ciências, Saúde, Rio de Janeiro, n.3, p.549-568, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instrução normativa nº 01, de 7 de março de 2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/2005/int0001_07_03_2005.html. Acesso em: 29 jun.2020.

BREILH, Jaime. La epidemiologia crítica: una nueva forma de mirar la salud en el espacio urbano. *Salud Colectiva*, Buenos Aires, n.1, p.83-101, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “revolução” no cotidiano invadido pela pandemia. In Grupo de Geografia Crítica (Org.), *Covid-19 e a Crise Urbana*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. *Crítica Marxista*, p.105-117, 2001.

LÉFÈBVRE, Henri. Prefácio – A produção do espaço. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. *Estudos Avançados*, São Paulo, n.79, p123-132, 2013 [1974].

LÉFÈBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000 [1974].

LÉFÈBVRE, Henri. A revolução urbana. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Humanitas, 1999 [1970].

LÉFÈBVRE, Henri. A respeito do Estado. Tomo IV: As contradições do Estado Moderno. Trad. provisória Sérgio Martins. [1977].

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço. In Carlos, Ana Fani Alessandri; Cruz, Rita de Cássia Ariza da. (Orgs.), *A Necessidade da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2019.

MARQUES, Marta Inez. Natureza e sociedade. In Carlos, Ana Fani Alessandri; Cruz, Rita de Cássia Ariza da. (Orgs.), *A Necessidade da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2019.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Trad. Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2004 [1844].

RIBEIRO, Helena. Saúde e Meio Ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, n.1, p.70-80, 2004.

SMITH, Neil. Nature as accumulation strategy. *Socialist Register*, n.43, p.16-36, 2007.

NOTA

1 Este trabalho surgiu das reflexões realizadas no contexto da disciplina “Produção e Apropriação do Espaço Metropolitano”, oferecida pela FAUUSP no segundo semestre de 2020.